

Para uma periodização da história do jornalismo em Portugal

*Towards a periodization of the history
of journalism in Portugal*

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA —
Instituto de Comunicação da NOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade
do Porto
hllima@letras.up.pt
ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

Resumo: A periodização contribui para sistematizar racionalmente os fenômenos históricos, agrupando-os de acordo com denominadores comuns. É, simultaneamente, um instrumento e uma síntese do conhecimento histórico, pois permite estabelecer etapas cronológicas que facultam a compreensão do devir histórico, assinalando continuidades e rupturas (Rama, 1968; Kula, 1973; Gutierrez Espada, 1995; Pizarroso Quintero, 1999; Román Portas, 2000; Galindo Arranz, 2004; Godoy, 2008). No entanto, é um exercício intelectual interpretativo problemático, já que, mesmo quando fundada na evidência, nunca cola inteiramente à realidade histórica material (Castro Ibaseta, 1999; Daly, 2009; Hayot, 2011). Considerando, apesar dos limites, a utilidade da periodização para a compreensão dos fenômenos históricos, a presente reflexão visou estabelecer uma periodização para a história do jornalismo português, encarando o jornalismo enquanto fenômeno comunicativo, mas desde uma perspectiva histórica (Gómez Mompert, 1995). Embora existam tentativas de periodização da história da imprensa portuguesa até ao final da Monarquia (Tengarrinha, 1965, 1989, 2013; Sousa, 2017a), entre 1968 e 2004 (Faustino, 2004), e das revistas ilustradas portuguesas até 1918 (Sousa, 2017b), bem como uma tentativa de periodização da história da imprensa portuguesa de acordo com os regimes políticos (Sousa, Lima, Hohlfeldt & Barbosa, orgs., 2017), que é uma das maneiras de periodizar a história da comunicação (Román Portas, 2000), nunca terá sido esboçada uma periodização da história do jornalismo em Portugal. Sendo um exercício interpretativo, a metodologia da periodização da história do jornalismo português assentou no agrupamento racional dos fenômenos históricos ao longo do tempo, assinalando continuidades e rupturas evidentes e verificáveis na evolução histórica. Propõe-se a seguinte periodização para a história do jornalismo português: 1) Periodismo artesanal noticioso (dos finais do século XVI até 1730); 2) Segmentação da imprensa e domínio da imprensa artesanal informativa (1730-1820); 3) Domínio da imprensa artesanal política (1820-1834); 4) Imprensa pré-industrial segmentada (1834-1864); 5) Imprensa industrial segmentada e desenvolvimento dos diários noticiosos de massas (1864-1934); 6) Segmentação mediática do jornalismo (1934-1995), com três fases: a) Máquinas censuradas; b) Disrupção revolucionária; c) Liberalização; 7) Convergência e fusão (1995 à atualidade).

Palavras-chave: jornalismo; história; periodização; Portugal.

Abstract: *Periodization helps to rationally systematize historical phenomena, grouping them according to common denominators. It is both an instrument and a synthesis of historical knowledge, since it allows for the establishment of chronological stages that facilitate the understanding of historical development, marking continuities and ruptures (Rama, 1968; Kula, 1973; Gutierrez Espada, 1995; Pizarroso Quintero, 1999; Román Portas, 2000; Galindo Arranz, 2004; Godoy, 2008). However, it is a problematic interpretive intellectual exercise, since, even when founded on evidence, it never entirely sticks to material historical reality (Castro Ibaseta, 1999; Daly, 2009; Hayot, 2011). Considering, despite the limits, the usefulness of periodization for the understanding of historical phenomena, the present study aimed to establish a periodization for the history of Portuguese journalism, considering journalism as a communicative phenomenon, but from a historical perspective (Gómez Mompert, 1995). Although there are attempts to periodize the history of the Portuguese press until the end of the Monarchy (Tengarrinha, 1965, 1989, 2013; Sousa, 2017a), between 1968 and 2004 (Faustino, 2004), and of the Portuguese illustrated magazines until 1918 (Sousa, 2017b), as well as an attempt to periodize the history of the Portuguese press according to political regimes (Sousa, Lima, Hohlfeldt & Barbosa, eds, 2017), which is one of the ways to periodize the history of communication (Román Portas, 2000), a periodization of the history of journalism in Portugal has never been outlined. Being an interpretative exercise, the methodology of periodization of the history of Portuguese journalism was based on the rational grouping of historical phenomena over time, pointing out evident and verifiable continuities and ruptures in historical evolution. The following periodization is proposed for the history of Portuguese journalism: 1) Artisanal news press (from the late 16th century to 1730); 2) Segmentation of the press and dominance of the informative artisanal press (1730-1820); 3) Dominance of the political artisanal press (1820-1834); 4) Segmented pre-industrial press (1834-1864); 5) Segmented industrial press and development of mass news dailies (1864-1934); 6) Media segmentation of journalism (1934-1995), with three phases: (a) Censored machines; (b) Revolutionary disruption; (c) Liberalization; 7) Convergence and fusion (1995 to the present).*

Keywords: journalism; history; periodization; Portugal.

Introdução e referencial teórico

Periodizar significa categorizar e organizar sequencialmente conjuntos de factos que compartilhem características dominantes, estáveis e diferenciadoras num determinado período de tempo.

As narrativas contam-se entre os fenómenos socioculturais em que mais se nota a tendência para a periodização, pois tendem a obedecer a princípios organizativos que privilegiam a progressão por etapas. Contos, novelas e romances costumam ser divididos em capítulos sequenciais. Os filmes são divididos em cenas sucessivas, tal como ocorre com a Banda Desenhada. As peças teatrais são divididas por atos e cenas consecutivos. A narrativa histórica também pode ser, e normalmente é, organizada por estádios cronológicos — eras, idades, épocas, períodos, fases. Enquanto forma de organizar o discurso histórico, a periodização é uma estratégia dadora de sentido à narrativa histórica. Mas a periodização também pode ser encarada como um instrumento metodológico para a produção de conhecimento em história.

Verdadeiramente, periodizar, além de facilitar e racionalizar o estudo da história, fornece oportunidades para examinar longitudinal e comparativamente sequências de eventos, processos e resultados, os impactos das mudanças históricas e os nexos de causalidade que ligam eventos históricos (Lieberman, 2001). Ao impor uma visão organizada da história pelo recurso a enquadramentos temporais, periodizar afasta a construção do conhecimento histórico da apresentação de uma mera cronologia de eventos dispersos, embora se deva ter em conta que a história é contínua e toda a periodização é arbitrária (Gerhard, 1956; Rueschemeyer & Stephens, 1997; Lieberman, 2001).

A periodização contribui, portanto, para sistematizar racionalmente os fenómenos históricos, agrupando-os de acordo com denominadores comuns (Stearns, 2017), que podem, até, ser matematizáveis (Lieberman, 2001; Grinin, 2007). É pois, simultaneamente, um instrumento metodológico e uma síntese do conhecimento histórico, pois permite estabelecer etapas cronológicas que facultam a compreensão do devir histórico, assinalando continuidades e ruturas, sendo usada na história em geral (Rama, 1968; Kula, 1973; Lieberman, 2001; Grinin, 2007), mas igualmente na história da comunicação e do jornalismo (Gutierrez Espada, 1995; Pizarroso Quintero, 1999; Román Portas, 2000; Galindo Arranz, 2004; Godoy, 2008; Daly, 2009). No entanto, é um exercício intelectual interpretativo problemático, já que, mesmo quando fundada na evidência dos nexos de causalidade (Rueschemeyer & Stephens, 1997; Lieberman, 2001), nunca cola inteiramente à realidade histórica material (Castro Ibaseta, 1999; Hayot, 2011). É, nomeadamente, difícil definir o início e o fim de um período (Daly, 2009), que são, por norma, impostos arbitrariamente. Gerhard, (1956) e Hollander, Rassuli, Jones & Dix (2005), mais finamente, sugerem que a periodização é redutora, dá um falso sentido de progresso à história, recorre, problematicamente, a períodos de curta duração, quando os processos históricos tendem a ser longos e, por vezes, é forçada, gerando inconsistências.

Apesar das objeções e limites à utilização da periodização como método nas ciências históricas, a periodização dos fenómenos históricos jornalísticos¹ poderá ser útil, já que permite reconhecer que, em cada período determinado de tempo, o jornalismo possuiu certas características diferenciadoras. Essa perspetiva tem como corolário a ideia de que cada período na história do jornalismo produziu, necessariamente, determinados meios, processos, tipos, formas e conteúdos jornalísticos, de acordo com as circunstâncias (culturais, económicas, tecnológicas, sociais, nomeadamente institucionais e políticas) do momento, independentemente da maior ou menor relevância dos acontecimentos particulares e das ações individuais.

Curiosamente, a pesquisa bibliográfica revelou que nunca terá sido esboçada uma periodização da história do jornalismo em Portugal, embora existam tentativas de periodização da história específica da *imprensa* portuguesa, uma delas global (Sousa, Lima, Hohlfeldt & Barbosa, orgs., 2017), outras restritas ao tempo da Monarquia (Tengarrinha, 1965, 1989, 2013; Sousa, 2017a) e ainda outra incidindo somente no tempo que medeia entre 1968 e 2004 (Faustino, 2004). Há, igualmente, uma tentativa de periodização da história das revistas ilustradas informativas portuguesas até 1918 (Sousa, 2017b).

A presente pesquisa visou suprir essa lacuna, propondo uma periodização para a história do jornalismo português e usando, por consequência, a periodização como instrumento metodológico para a construção do conhecimento histórico.

Estado da questão

Vários autores têm, por vezes sem explicitação, usado a periodização da história da comunicação, do jornalismo e da imprensa, simultaneamente, como princípio de organização discursiva da narrativa histórica e instrumento metodológico, casos, por exemplo, de Habermas (1981), Schudson (1978) e Daly (2009) e, entre os casos lusófonos, de Barbosa (2007; 2010), Romancini & Lago (2007), Martins & Luca (2008), Sodré (2011²) e Sousa (2008).

Habermas (1981) propôs a periodização da história da comunicação pública na sua descrição da evolução do espaço público desde os tempos da Antiga Grécia. As suas ideias sobre a história da comunicação pública cruzam-se com a própria história do campo jornalístico, já que o autor associa períodos da história do jornalismo ao modo dominante de produção jornalística, ao poder e controlo dos meios jornalísticos e à interação entre jornalismo e vida

1 Entendendo-se, aqui, o jornalismo num sentido amplo do termo, como uma atividade de produção e difusão à escala social de notícias e outras informações por meios apropriados. Nesse sentido, o jornalismo foi encarado como fenómeno comunicativo, mas desde uma perspetiva histórica, tal como defende Gómez Mompert (1995).

2 A primeira edição data de 1966.

pública. Interpretando a sua obra, pode dizer-se que ele considera, grosso modo, a existência de cinco períodos na história do jornalismo:

- 1) Domínio da imprensa noticiosa rudimentar, correspondente, no essencial, aos séculos XV a XVII;
- 2) Domínio da imprensa política rudimentar (pelo menos no mundo anglófono, onde existia liberdade formal de imprensa), correspondente, no essencial, ao período entre o século XVIII e o início do século XIX;
- 3) Domínio da imprensa política organizada, de iniciativa individual ou de pequenos grupos de indivíduos;
- 4) Domínio da imprensa política “de partido”, diretamente associada com os partidos políticos organizados que emergiam nas democracias liberais, que se prolonga até ao início do século XX; e
- 5) Domínio do jornalismo profissional, período caracterizado pela profissionalização dos jornalistas, contratados para corporizar projetos empresariais de jornalismo “de massas”.

Schudson (1978), reportando-se apenas ao jornalismo americano, considerou a existência dos seguintes períodos históricos na sua evolução:

- 1) Época do controle britânico sobre os jornais das colónias americanas, por meio das licenças prévias;
- 2) “Idade negra” da imprensa partidária, até meio do século XIX;
- 3) Domínio da *penny press*, comercial, a partir dos anos Trinta do século XIX, com mais desenvolvimento a partir dos anos Setenta/Oitenta deste mesmo século; e
- 4) Período do jornalismo profissional, assente nos princípios da objetividade e da neutralidade, a partir dos anos Vinte do século XX.

Daly (2009), reportando-se à mesma realidade norte-americana, considera cinco períodos:

- 1) Politização das notícias (domínio da imprensa partidária);
- 2) Comercialização das notícias (domínio da imprensa com intenção lucrativa);
- 3) Profissionalização das notícias (domínio da imprensa profissionalizada — jornalismo feito por profissionais);
- 4) Conglomeração das notícias (controlo dos meios jornalísticos por grandes oligopólios dos media); e
- 5) Digitalização das notícias (fase atual, caracterizada pelo digital).

Olhando, de uma forma mais vasta, para o jornalismo no Ocidente, Jorge Pedro Sousa (2008) considera a existência de oito períodos:

- 1) Fenómenos pré-jornalísticos (até ao século XVII), agrupando todo um conjunto de manifestações que se podem considerar aparentadas do jornalismo no processo, na forma ou no conteúdo, desde as *Atas Diurnas* romanas às publicações ocasionais monotemáticas ou multitemáticas narrativas e reportativas impressas.
- 2) Domínio da imprensa noticiosa arcaica, o tempo das gazetas e mercúrios e publicações semelhantes (séculos XVII e XVIII).
- 3) Segmentação da imprensa arcaica, fase em que se assiste ao surgimento de periódicos especializados e, em certos países, opinativos e políticos, que se juntam à imprensa noticiosa e compõem uma paisagem mediática crescentemente diversificada (até ao início do século XIX).
- 4) Imprensa pré-industrial, a partir da terceira década do século XIX, período durante o qual a imprensa, seja ela predominantemente noticiosa, predominantemente política ou predominantemente cultural, vai adquirindo uma organização tipicamente empresarial e um modelo comercial de exploração, crescentemente voltado para a captação de anúncios publicitários e para a prática de um baixo preço por exemplar nas bancas e nas assinaturas, ao mesmo tempo que se alarga o consumo de jornais e revistas, se diversifica ainda mais o leque de ofertas ao mercado, os constantes progressos tecnológicos permitem ganhos de produtividade e rentabilidade (mais exemplares, mais rapidamente, por menos dinheiro), o jornalismo começa a autonomizar-se como profissão e o seu ensino inicia-se.
- 5) Domínio da imprensa industrial popular, período durante o qual, entre o final do século XIX e o início do século XX (até à I Guerra Mundial), embalada pelo Novo Jornalismo, a “grande” imprensa, politicamente independente, cada vez mais centrada na notícia, de preferência com contornos sensacionais ou escandalosos, assume uma orientação marcadamente comercial, que obriga a uma profissionalização quase total do jornalismo e a uma organização eficiente das redações, divididas em editorias; é também este o período em que se consolida, nos países democráticos, uma visão do jornalismo como um agente de vigia e controle dos poderes, simbolizada pelo nascimento do jornalismo de investigação e de denúncia.
- 6) Advento e domínio do jornalismo pelos meios eletrónicos de difusão — primeiro a rádio, depois a televisão, a partir do final dos anos 1920, obrigando a imprensa a adaptar-se a um mundo em que deixou de ter o monopólio da informação jornalística e em que perdeu a capacidade de ser a primeira a noticiar; neste período, o papel “adversarial” do jornalismo é atenuado, devido às contingências das guerras mundiais e da Guerra-Fria. Nos países Ocidentais sujeitos a ditaduras, casos de Portugal e Espanha, a perda da capacidade “adversarial” é quase completa e durará até aos anos setenta. Em ambiente de Guerra-Fria, as grandes agências de notícias (Associated Press, France Press, Reuter, United Press International e TASS) controlam os fluxos internacionais de informação.
- 7) Renovação do jornalismo, a partir dos anos 1960, retardada em países ocidentais sujeitos a ditaduras. Surgem o novo Novo Jornalismo, o Jornalismo de Precisão (ou de Dados) e outras correntes que simbolizam uma retoma do jornalismo de investigação. Introduzem-se nos meios jornalísticos dispositivos digitais de produção e difusão de informação, nomeadamente computadores,

o que levanta múltiplos questionamentos, inclusive de natureza ética, dadas as potencialidades reforçadas de manipulação da informação; e aumenta a tendência para o controlo da produção jornalística por grandes oligopólios multimediáticos (concentração da propriedade dos media).

- 8) Transformação contemporânea do jornalismo, a partir dos anos 1980, tempo durante o qual, impulsionado pela adoção crescente de sucessivas novas tecnologias digitais e pela migração para a Web, o jornalismo se glocaliza e globaliza, mas também enfrenta novos desafios, como sejam, a falência do seu modelo de negócio tradicional num quadro de desregulação da economia, a concorrência de outros canais informativos, inclusivamente de âmbito pessoal ou cívico, e o repto positivo e negativo das redes sociais.

No Brasil, Nelson Werneck Sodré (2011³) segmenta a história da imprensa brasileira em períodos que se baseiam quer no contexto político, quer nas particularidades da própria imprensa:

- 1) Imprensa colonial;
- 2) Imprensa da independência;
- 3) Domínio do pasquim;
- 4) Imprensa do Império;
- 5) A “grande imprensa”, período que culmina com uma crise da imprensa.

Essa periodização de contornos mistos proposta por Sodré (2011) é seguida por outros historiadores brasileiros da imprensa e do jornalismo. Romancini & Lago (2007) definem as seguintes etapas:

- 1) Primórdios da imprensa;
- 2) Imprensa na pré-independência;
- 3) Imprensa do Segundo Reinado;
- 4) Consolidação da imprensa;
- 5) Imprensa na primeira fase getulista;
- 6) Jornalismo na Ditadura Militar; e
- 7) Jornalismo num Brasil redemocratizado.

Martins & Luca (2008) propõem, confluindo, em parte, com os outros autores, uma periodização que, no entanto, no desenho do último grande período, se baseia num ano definido arbitrariamente (1950):

3 Não se olvide que a edição original é de 1966.

- 1) Primórdios da imprensa (até ao final do Império);
- 2) Imprensa republicana e “grande imprensa”; e
- 3) Imprensa após 1950, compreendendo a “revolução tecnológica”, a globalização e a redemocratização do Brasil.

Barbosa (2007; 2010), por seu turno, organiza o tempo histórico por décadas, juntando, por vezes, duas ou mais décadas num período: 1800-1880; 1880-1900; 1900-1910; 1920-1930; 1930-1940; 1950-1960; 1960-1970; 1970-1980; e 1980-2000.

Em Portugal, vários autores procuraram, numa tendência que vem do século XIX, periodizar a história da imprensa portuguesa. António Xavier da Silva Pereira (1895; 1897) identifica sete períodos na história do jornalismo português:

- 1) Infância do jornalismo português (1625 a 1750);
- 2) Época Pombalina (1750 a 1807);
- 3) Dominação estrangeira (1807 a 1820);
- 4) Lutas entre absolutistas e constitucionais (1820 a 1833);
- 5) Lutas entre cartistas e setembristas (1833 a 1851);
- 6) Regeneração (1851 a 1861); e
- 7) Reinado de D. Luís I (1861 a 1889).

Rocha Martins (1942), na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, realça cinco períodos:

- 1) Inícios;
- 2) Imprensa romântica
- 3) Imprensa doutrinal e política;
- 4) Imprensa informativa.

Joaquim Salgado (1945) considera somente três períodos na história do jornalismo português: o primeiro, de predomínio do jornalismo noticioso, que se prolonga até à Revolução Liberal; um segundo, que corresponde ao aparecimento, predominância e posterior crise do jornalismo político e partidário; e o terceiro, correspondente ao aparecimento e gradual predominância dos jornais de informação geral pertencentes a grandes empresas, no seio do sistema capitalista.

Entre os autores que mais consistentemente procuraram periodizar a história da imprensa portuguesa, José Tengarrinha (1965; 1989), que se limita ao tempo da Monarquia, periodiza-a em três etapas:

- 1) Primórdios, até 1820, período caracterizado pelo carácter artesanal da imprensa periódica;
- 2) Imprensa romântica ou de opinião (1820-1864), período caracterizado pela conquista da liberdade de imprensa no âmbito da Monarquia liberal e pelo surgimento de jornais opinativos e de combate político que se tornam dominantes; e
- 3) Imprensa industrial, de cariz noticioso e de baixo preço, cujas receitas advêm da publicidade mais do que das vendas em banca ou das assinaturas, simbolizada pelo nascimento do *Diário de Notícias*, em 1864.

A história da imprensa de Tengarrinha (1965; 1989), com duas edições, termina na imposição da República, em 1910. Na sua *Nova História da Imprensa Portuguesa*, Tengarrinha (2013) detém-se em 1865. Nesta obra, mantendo, grosso modo, a sua periodização, associa de uma forma mais fina, a evolução da imprensa aos regimes políticos e aos governos que Portugal experimentou, sobretudo entre 1820 e o final do século XIX.

Jorge Pedro Sousa (2017a), reportando-se, também, exclusivamente à história da imprensa na Monarquia, propõe os seguintes períodos:

- 1) Imprensa artesanal primitiva, nos séculos XVI e XVII;
- 2) Estabilização e segmentação da imprensa (1715-1820), período caracterizado, sobretudo, pela diversificação e especialização dos periódicos;
- 3) Domínio da imprensa arcaica de opinião, entre 1820 e 1851, tempo durante o qual surgem e desenvolvem-se os primeiros jornais de combate político, de indivíduos ou pequenos grupos;
- 4) Domínio da imprensa política partidária, entre 1851 e 1864, tempo em que surgem os jornais político-noticiosos representativos de partidos políticos, apresentando já estruturas empresariais e redatoriais mais sólidas e complexas do que os seus antecessores artesanais e uma diferenciação nos conteúdos para atenderem à procura crescente por informação noticiosa, mesmo que politicamente interpretada; e
- 5) Domínio da imprensa noticiosa industrial profissionalizada (1865-1910). Neste último período, durante o qual se assiste à progressiva industrialização, alfabetização e melhoria do nível de vida das populações urbanas de Portugal, o êxito do *Diário de Notícias* demonstrou a viabilidade de projetos jornalísticos profissionais dominados pela informação noticiosa e orientados para o lucro, mercê da publicação de uma enorme quantidade de pequenos anúncios publicitários, estimulada pelas tiragens crescentes, permitidas pela introdução das rotativas e pelo baixo preço por exemplar. Neste período, o jornalismo autonomiza-se como profissão: emerge a figura do jornalista profissional, cada vez mais distinto dos “jornalistas por ocupação” e dos “escritores de jornais”, e com ele assoma o *repórter* no jornalismo português. No discurso da imprensa noticiosa nota-se, todavia, a ambição de intervir, por vezes, no espaço público, mas em nome do conjunto da nação e não de uma facção política particular.

Paulo Faustino (2004: 202-206) identifica cinco períodos na evolução da imprensa, mas reporta-se, somente, aos anos entre 1968 e 2004:

- 1) Período marcelista, entre 1968 e 1974, período durante o qual, no final do Estado Novo, a censura, que se passa a designar Exame Prévio, endureceu, após um curto período de acalmia; assiste-se, ainda, à tomada de posições no sector da comunicação social pelos grandes grupos económicos;
- 2) Período pós-revolucionário de 1974-1975, caracterizado pela adoção de uma nova lei de imprensa fundada no princípio da liberdade de imprensa, pelas tentativas de controlo da imprensa pelos comunistas e seus aliados, pela resposta das forças democráticas com a criação de novos periódicos ou aproveitamento daqueles que já existiam e se conotavam com uma via moderada e democrática (caso do importante semanário *Expresso*) e pela nacionalização de várias empresas jornalísticas, diretamente ou por arrastamento, já que pertenciam a empresas que foram nacionalizadas;
- 3) Transição, entre 1976 e 1985, período durante o qual se assiste à transformação das empresas jornalísticas nacionalizadas em empresas públicas, o que permite aos sucessivos governos procurarem controlar os *media* nacionalizados, mas também à instituição, pela revisão constituição de 1982, de uma instância reguladora do setor mediático — a Alta Autoridade para a Comunicação Social, surgida em 1989;
- 4) Reprivatização, entre 1985 e 1995, tempo durante o qual se inicia e consolida o processo de reprivatização das empresas jornalísticas públicas do setor da imprensa, se começam a normalizar as relações entre os media e o poder político e surgem novos projetos jornalísticos, alguns de grande impacto, como o semanário *Independente* e a revista *Visão*; neste ambiente, começam a consolidar-se e expandir-se os grandes grupos multimediáticos nacionais, em alguns casos com participação de capital (e *know-how*) estrangeiro, e certos grupos económicos nacionais voltam a interessar-se pela comunicação social, o que conduziu, por exemplo, ao aparecimento do diário de qualidade *Público*, lançado pela SONAE; e
- 5) Período após 1995, durante o qual se consolida o sistema de grupos monomediáticos ou multimediáticos e a normalização das relações entre o poder político e os media jornalísticos, no quadro de um sistema democrático ocidental e de regulação independente.

Na única tentativa de estabelecer uma história da imprensa periódica portuguesa dos seus primórdios à atualidade, Sousa, Lima, Hohlfeldt, Barbosa, orgs. *et al.* (2017) periodizam esta história de acordo com os regimes políticos (Monarquia, I República, Ditadura e Estado Novo e III República), que é uma das maneiras de periodizar a história da comunicação (Román Portas, 2000).

Igualmente Jorge Pedro Sousa (2017b), reportando-se, exclusivamente, à evolução ao segmento da imprensa portuguesa constituído pelas revistas informativas ilustradas, identifica os seguintes períodos na sua história:

- 1) Génese, período em que surgem e se desenvolvem as revistas ilustradas enciclopédicas;
- 2) Transição, tempo durante o qual surgem e evoluem revistas híbridas que apresentam conteúdos culturais e enciclopédicos, mas também cobrem iconograficamente alguns acontecimentos impactantes;
- 3) Popularização, período em que as revistas ilustradas dedicadas à cobertura gráfica dos acontecimentos da atualidade se tornam preponderantes; e
- 4) Declínio, devido ao surgimento e expansão da televisão, que reduz o interesse pela cobertura da atualidade por meio de fotografias.

Em conclusão, já houve tentativas — relevantes e fundadas na evidência — de periodizar a história da imprensa jornalística portuguesa, na totalidade ou em certos intervalos de tempo. Mas não houve, aparentemente, nenhuma tentativa de periodizar a história do jornalismo português, e a única tentativa de olhar globalmente para a história da imprensa portuguesa estabeleceu uma periodização clássica, em função dos regimes políticos, que, embora pertinente pela relevância que dá às circunstâncias específicas que condicionaram a evolução da imprensa em cada um destes regimes, ignora as potencialidades de uma periodização que parta das características desta mesma imprensa.

Metodologia

Periodizar, em história, corresponde, conforme se observou, à categorização e agrupamento sequencial de conjuntos de fenómenos que partilham certas afinidades. É um exercício interpretativo de ordenação racional e sequencial dos fenómenos históricos, agrupando-os em conjuntos sucessivos — eras, períodos e as fases — ao longo da diacronia do tempo histórico. Visa dar uma ordem racional e progressiva, ainda que, até certo ponto, arbitrária, subjetiva e artificial, ao caos aparente da multitude caleidoscópica de fenómenos históricos.

Um “grande problema” de difícil processamento pelo intelecto humano na sua totalidade, como a sucessão complexa de factos históricos, pode, assim, ser dividido em vários “pequenos problemas” com os quais é possível lidar intelectualmente — os períodos históricos. Essa é uma operação de *análise*. A periodização em história, na sua essência, parte, assim, da análise. Inicia-se por um processo de racionalização analítica de um problema e, portanto, de redução — ainda que artificial — da sua complexidade, repartindo-o por vários problemas menores. À análise sucede, no entanto, a *síntese* histórica, já que à categorização dos elementos por afinidades evidentes no meio do caos histórico sucede uma operação de agrupamento sequencial dos conjuntos diacrónicos obtidos (*eras, períodos e fases*). Narrar a história, desde esse ponto de vista, implica uma análise e uma síntese. Decompõe-se a história em etapas, definidas por continuidades e rupturas (análise), e agrupam-se, seguidamente, estas etapas em sequência diacrónica (síntese).

Periodizar é, ainda, um processo de significação, de atribuição e imposição de sentido ao caos de fenómenos históricos que, à partida, não possuem em si mesmo quaisquer sentidos a não ser aqueles que os agentes históricos neles envolvidos lhes deram e aqueles que resultam da interpretação dos historiadores. Nesta asserção, periodizar é, verdadeiramente, uma operação de outorga de significado e, assim, tem raízes na comunicação. Tal como narrar a história, periodizando-a ou não, o é.

Periodizar facilita a apreensão de dados e a produção de um determinado tipo de *conhecimento histórico possível*.

Algumas técnicas podem ser usadas para periodizar a história, isoladas ou em conjunto. Hollander, Russuli, Jones & Dix (2005) mencionam as seguintes:

- 1) *Indução*, que consiste em partir dos factos históricos dispostos em sequência para, ordenando-os por afinidades, propor a sua segmentação por períodos;
- 2) *Dedução*, que ocorre quando se parte de uma hipótese inicial de periodização, elaborada a partir de conhecimento pré-existente, nomeadamente de outras pesquisas, confrontando-a, posteriormente, com os dados encontrados, aceitando-a ou rejeitando-a;
- 3) *Periodização por intervalo “redondo” de tempo*, que consiste em estabelecer uma periodização por um intervalo de tempo previamente estipulado, como, por exemplo, um século, ou uma década;
- 4) *Periodização pelo contexto*, que consiste em categorizar e sequenciar os factos históricos de acordo com as circunstâncias políticas, económicas ou outras (como os regimes políticos); e
- 5) *Periodização por pontos de viragem*, que se baseia na identificação de acontecimentos históricos que tenham tido grandes repercussões e provocaram alterações significativas no curso da história, que passam a assinalar o início e/ou o fim de um período.

A metodologia da periodização da história do jornalismo português que aqui se apresenta assentou na categorização dos fenómenos históricos jornalísticos ao longo do tempo, assinalando continuidades e ruturas evidentes e verificáveis na evolução histórica e tendo em conta, conforme sugerem Rueschemeyer & Stephens (1997) e Lieberman (2001), as evidências sobre as correlações de causalidade entre as sequências de factos históricos. Das técnicas assinaladas por Hollander, Russuli, Jones & Dix (2005), recorreu-se, predominantemente, à *dedução*, já que se partiu do conhecimento pré-existente sobre as características dos meios jornalísticos, ponderando, sobretudo, as mudanças nas estruturas mediáticas, nos meios e nas práticas jornalísticas. Colocou-se, aliás, como grande hipótese unificadora a testar que a confluência verificada nas periodizações de Salgado (1945), Tengarrinha (1965; 1989; 2013), e Sousa (2017a) para a história da imprensa portuguesa, com os aportes de Faustino (2004), pode basear a periodização do jornalismo português.

Em certos casos usaram-se *pontos de viragem* para assinalar novos períodos — como o surgimento do *Diário de Notícias* para assinalar a entrada no período da imprensa industrial,

algo que já tinha sido ensaiado por Tengarrinha (1965; 1989; 2013). Os regimes políticos foram considerados a título contextual, mas a periodização estabeleceu-se a partir das características dos meios e do jornalismo.

O processo iniciou-se pela consulta e recolha de dados a partir das fontes secundárias que sistematizam e interpretam dados empíricos (Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Faustino, 2004; Sousa, 2017a; Sousa, Lima, Hohlfeldt & Barbosa, orgs., 2017). Seguidamente, atentando-se nas evidências sobre: (a) mudanças estruturais nos media, (b) mudanças nos modos de produção jornalística, (c) alterações nos mecanismos de poder e controlo dos meios jornalísticos, (d) transformações na interação entre jornalismo e vida pública, (e) alterações das práticas e dos processos jornalísticos e (f) mutações nos intérpretes do jornalismo ao longo do tempo, procuraram-se circunscrever períodos históricos para a história do jornalismo português, agrupando-se os fenómenos históricos pela sua afinidade em conjuntos diferenciados e com limites temporais (fase de análise) — os períodos.

Finalmente, dispuseram-se os períodos “sincrónicos” definidos na fase de análise ao longo do eixo diacrónico do tempo histórico, sequencialmente, numa operação sintética que permite olhar para a história do jornalismo português de uma maneira organizada e sistemática — a periodização (fase de síntese).

Uma proposta de periodização do jornalismo em Portugal

Um esquema de periodização baseado no conhecimento pré-existente pode revelar-se útil para mapear a evolução do jornalismo português por períodos cronológicos. Conforme se explicitou na metodologia, a proposta aqui desenhada baseou-se na perceção das mudanças que, ao longo do tempo histórico, ocorreram nos media jornalísticos — partindo-se, claro, de uma conceção ampla de jornalismo — e no seu contexto. Os sete períodos propostos para mapear historicamente o jornalismo português, um deles com três fases, sistematizam-se nas tabelas seguintes.

Tabela 1. Primeiro período da história do jornalismo português.

Periodismo artesanal noticioso		
Datação	Características	Meios representativos
Dos finais do século XVI até 1730.	<p>Surgimento da imprensa — de carácter artesanal — em Portugal. Publicação de <i>relações</i> monotemáticas e pluritemáticas ocasionais. Publicação dos primeiros periódicos noticiosos, ainda que de viés propagandístico, a partir de 1641. Surge a figura do “gazeteiro”, o noticiarista que, pretendendo narrar a história do presente, é o antepassado direto do jornalista profissional.</p> <p>Os periódicos vivem de notícias obtidas por cartas (algumas delas dos interessados em aparecerem nas notícias, como diplomatas, homens políticos, militares, etc.), das traduções de peças de periódicos estrangeiros e do que os gazeteiros vão sabendo ou observando.</p> <p>Os periódicos criam públicos entre as elites, que se habitua a esperar periodicamente por notícias, e contribuem para os primeiros esboços de um espaço público em Portugal.</p> <p>O poder controla a imprensa por meio de censura prévia (civil e religiosa) e do licenciamento prévio de tipografias e publicações.</p> <p>Nasce a <i>Gazeta de Lisboa</i>, um periódico noticioso oficioso que se converte na voz pública do poder régio e onde se publicam as leis, regulamentos, nomeações e outros atos administrativos (obedecendo princípio da <i>publicidade</i>), que será o antepassado do diário oficial (o atual <i>Diário da República</i>)</p>	<p>Publicações reportativas ocasionais.</p> <p>Primeira publicação seriada: <i>Relação</i> de Manuel Severim de Faria (anuário noticioso e historiográfico).</p> <p>Primeiros periódicos estáveis: <i>Gazeta</i>, <i>Gazeta de Novas Fora do Reino</i>, <i>Mercúrio Português</i> e <i>Gazeta de Lisboa</i>.</p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 2. Segundo período da história do jornalismo português.

Segmentação da imprensa e domínio da imprensa artesanal informativa		
Datação	Características	Meios representativos
1730-1808	<p>Período caracterizado pelo aparecimento de periódicos segmentados que se vêm juntar ao oficioso e noticioso <i>Gazeta de Lisboa</i>. Surgem periódicos culturais, científicos e enciclopédicos, comerciais, femininos, jocosos e de crítica social (considerou-se o surgimento do <i>Folheto de Ambas Lisboas</i>, em 1730, como o início do período), etc. O público que lê a <i>Gazeta de Lisboa</i> é, todavia, normalmente o mesmo que lê os novos periódicos segmentados, num ecossistema dominado pela baixíssima taxa de alfabetização (cerca de 10% da população) e pela pobreza generalizada. Os novos periódicos tendem a não conquistar novos públicos (tirando, possivelmente, algum público feminino), mas contribuem para sedimentar o público elitista existente.</p> <p>No geral, as características do sistema “jornalístico” português herdadas do período anterior mantêm-se, incluindo os mecanismos da censura e do licenciamento prévio, que o poder usa para controlar a imprensa.</p>	<p>Século XVIII</p> <p><i>Gazeta de Lisboa</i> <i>Correio Mercantil e Económico de Portugal</i> <i>Almocreve das Petas</i> <i>Jornal Enciclopédico</i> <i>Gazeta Literária</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 3. Terceiro período da história do jornalismo português.

<i>Domínio da imprensa artesanal política</i>		
Datação	Características	Meios representativos
1808-1834	<p>Em 1808, periódicos antinapoleónicos inauguram, em Portugal, a imprensa político-opinativa. O mercado editorial, ao tempo, já está suficientemente consolidado para permitir o surgimento dos primeiros diários portugueses. As necessidades de informação regular, face à instabilidade gerada pelas guerras napoleónicas e pelas invasões francesas, terão, igualmente, contribuído para essa inovação no panorama jornalístico português. Ao mesmo tempo, periódicos políticos e publicistas publicados, em clima de liberdade, em Inglaterra, por exilados portugueses (mormente liberais), entram, clandestinamente, em Portugal e estimulam o debate político, que se vai transferindo, crescentemente, para as páginas dos jornais. Fazer jornalismo, nesse tempo, era, essencialmente, produzir escritos para os jornais políticos ou para os jornais culturais e outros periódicos especializados e mais informativos. Os jornalistas, ao tempo, eram, principalmente, os “políticos de jornal”, os “escritores de jornal” e ainda os publicistas, embora alguns noticiaristas continuassem a produzir informação noticiosa para alguns periódicos, incluindo o oficioso, que se torna oficial, <i>Gazeta de Lisboa</i> (depois publicado com outros títulos).</p> <p>Após o sucesso da Revolução Liberal de 1820 e da instituição formal da liberdade de imprensa em Portugal, os periódicos políticos dominaram a crescentemente segmentada paisagem jornalística portuguesa. O parlamentarismo estimula os políticos em confronto a ampliarem a sua voz para o espaço público por meio de jornais.</p> <p>Os primeiros jornais políticos e político-publicistas portugueses caracterizam-se, no geral, por serem obras artesanais de indivíduos isolados ou de pequenos grupos que decidiam intervir no espaço público. Sobrevivem pelo financiamento dos interessados e de mecenas, vendas em banca e por assinaturas. Mantidos, escritos e editados por homens políticos, publicistas e, em alguns casos, por literatos, conquistam novos públicos, como a burguesia mercantil e agrícola, cada vez mais desejosa de intervir nos assuntos públicos e adquirir uma bagagem cultural que permitisse esta intervenção sem deslustre. Têm, pois, um importante papel no alargamento e consolidação do espaço público.</p> <p>O curto regresso ao Absolutismo entre 1823 e 1826, o Miguelismo e a Guerra Civil não impediram a circulação de periódicos políticos e publicistas, já que, editados em Inglaterra e noutros países mais livres, circulavam clandestinamente em Portugal.</p> <p>Em 1826 são fundados dois jornais político-noticiosos que já apontam para uma organização pré-industrial da imprensa: <i>O Português</i> e o <i>Periódico dos Pobres</i>. Este último é o primeiro jornal de baixo preço em Portugal, feito para ser “popular”, dentro das circunstâncias difíceis da época (analfabetismo e pobreza).</p>	<p><i>Gazeta de Lisboa</i> <i>Diário Lisbonense</i> <i>Correio Brasiliense</i> <i>O Investigador</i> <i>Português em</i> <i>Inglaterra</i> --- <i>Astro da Lusitânia</i> <i>O Independente</i> <i>Gazeta Universal</i> --- <i>O Português</i> <i>Periódico dos Pobres</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 4. Quarto período na história do jornalismo português.

Imprensa pré-industrial segmentada		
Datação	Características	Meios representativos
1834-1864	<p>Neste período, particularmente na Regeneração (pós-1851), surgem os jornais político-noticiosos organizados e representativos de partidos políticos e tendências políticas, entre os quais <i>A Revolução de Setembro</i>, o mais importante diário português do período, afeto, até 1851, aos setembristas e, após 1851, ao Partido Regenerador. Para terem sucesso e corresponderem às crescentes necessidades de informação denotada pelas elites cultas e alfabetizadas, interessadas nos assuntos públicos, que liam a imprensa, os jornais políticos já não se podiam limitar a <i>fazer política</i>. Tinham também de difundir notícias e outras informações, mesmo que fazendo leituras políticas da atualidade. O parlamentarismo e a liberdade de imprensa, apesar de ameaçada várias vezes até 1851, favoreceram a dinâmica evidenciada pelo setor da imprensa. A constituição dos primeiros partidos políticos portugueses organizados, após 1851, contribuiu para promover o surgimento de jornais “de partido” que davam voz pública às posições partidárias. Os periódicos político-noticiosos de partido dominarão a paisagem mediática portuguesa até 1864. Apresentavam uma estrutura empresarial e redatorial mais sólida e complexa do que os seus antecessores artesanais (excluindo, claro, o artesanal, mas famoso, jornal clandestino <i>O Espetro</i>, publicado durante a guerra civil de 1846-1847). As empresas editoras de certos periódicos, como a empresa de <i>O Panorama</i> e a empresa de <i>A Revolução de Setembro</i>, contavam mesmo com tipografia própria. Ao nível da forma e do conteúdo, esses jornais também sofreram alterações que os afastaram dos seus predecessores — formato maior, paginação a três colunas diferente do livro, abundante informação generalista (mesclada, no entanto, com artigos de cariz político, entre os quais sobressaía o <i>artigo de fundo</i>, que fazia as vezes de editorial) e introdução de novos géneros jornalísticos, como o <i>suelto</i> (crítica bem-humorada em prosa curta) e as <i>gazetilhas</i> (crítica bem-humorada em forma de verso). Revistas culturais como <i>O Panorama</i> introduzem a informação iconográfica em Portugal. <i>A Ilustração: Jornal Universal</i> é a primeira revista portuguesa a trazer ao público informação iconográfica, sob a forma de gravuras, sobre acontecimentos da atualidade. O espaço público consolidava-se, portanto, em torno da imprensa partidária. Os jornais ampliavam os debates parlamentares e facultavam a participação de mais indivíduos no espaço público. Ao tempo, o setor da imprensa torna-se, por outro lado, cada vez mais diversificado. Os diários político-noticiosos, dominantes, convivem com revistas culturais e informativas e periódicos especializados (alguns destes evoluem para jornais generalistas — casos do <i>Jornal do Comércio</i> e de <i>O Comércio do Porto</i>). O movimento de publicação de jornais, até aí centrado em Lisboa, Porto e Coimbra, alarga-se, neste período, à generalidade do território nacional. O jornalista continua a identificar-se com a ideia de político ou escritor de jornal ou ainda com a ideia de publicista.</p>	<p><i>O Nacional</i> <i>O Patriota</i> <i>A Revolução de Setembro</i> <i>A Nação</i> <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> <i>O Espetro</i> <i>O Panorama</i> <i>A Ilustração</i> <i>Revista Universal Lisbonense</i> <i>Arquivo Pitoresco</i> <i>Jornal do Comércio</i> <i>O Comércio (depois, O Comércio do Porto)</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 5. Quinto período na história do jornalismo português.

<i>Imprensa industrial segmentada e desenvolvimento dos diários noticiosos de massas</i>		
Datação	Características	Meios representativos
1864-1935	<p>Numa fase de progressiva industrialização, alfabetização e melhoria do nível de vida das populações urbanas de Portugal, o êxito do <i>Diário de Notícias</i> demonstrou a viabilidade de projetos jornalísticos profissionais, politicamente neutros e independentes, dominados pela informação noticiosa e orientados para o lucro. A captação de anúncios publicitários torna-se a principal fonte de receitas dos jornais, em detrimento das vendas em banca e das assinaturas. A publicação de anúncios é estimulada pelas tiragens crescentes e estas devem-se à introdução das rotativas e ao baixo preço por exemplar. O preço baixo dos periódicos possibilita a cada vez mais indivíduos comprarem diariamente um jornal.</p> <p>A imprensa partidária combativa, político-noticiosa, não deixou, porém, de manter a sua importância, pelo menos até ao final da I República. Os partidos políticos da Monarquia e da República alimentaram os seus jornais. Entre eles, os diários republicanos <i>O Mundo</i> e <i>O Século</i> tiveram grande sucesso. No discurso da imprensa independente noticiosa nota-se, igualmente, a ambição de intervir no espaço público, mas em nome do conjunto da nação e não de uma facção política particular. Ao nível do discurso, nota-se, também, o abandono do simples noticiário para dar lugar ao cultivo de novos géneros jornalísticos, como a entrevista e, principalmente, da reportagem. Com o triunfo da reportagem assiste-se a uma deriva para o sensacionalismo, para a exploração de novos filões temáticos, como o crime, e, ocasionalmente, os escândalos políticos e sociais. Jornais republicanos, com <i>O Mundo</i> à cabeça, contribuíram para o descrédito da Monarquia ao, desbocadamente e, por vezes, sem grande preocupação pela verdade, exporem escândalos em que estavam envolvidos membros da Família Real.</p> <p>Vários jornais políticos, com o tempo, converteram-se, para vingarem e serem bem-sucedidos, em grandes diários de informação geral. São os casos do <i>Primeiro de Janeiro</i> e do <i>Jornal de Notícias</i>, no Porto, mas também de <i>O Século</i>, em Lisboa. A empresa do <i>Século</i> tornou-se mesmo um conglomerado mediático que agrupava outras publicações, como a revista semanal ilustrada <i>Ilustração Portuguesa</i>, fundamental para a emergência e consolidação do fotojornalismo no país, que abriu a via para a famosa revista <i>O Século Ilustrado</i>. Outras empresas jornalísticas seguiram a mesma via do <i>Século</i> e começaram a editar outras publicações na órbita dos jornais, como fez o DN, com a revista <i>Notícias Ilustrado</i>.</p> <p>Nos jornais e revistas deve assinalar-se o crescente recurso a infográficos, ainda que simples, e fotografias para informar sobre a atualidade, tendência suportada pela entrada de fotojornalistas nas redações e pela adoção de tecnologia de impressão que permitia a publicação conjunta de fotografias e texto escrito.</p> <p>As grandes empresas jornalísticas tinham poder e, por vezes, geravam lucros significativos. Alguns grandes grupos económicos, fosse para controlarem a informação publicada e terem influência no espaço público, fosse para aumentarem os seus lucros, começaram a ter interesse na aquisição dos grandes jornais. O grémio dos moageiros, por exemplo, a dado momento conseguiu deter a propriedade dos dois principais diários portugueses — <i>O Século</i> e o <i>Diário de Notícias</i>.</p> <p>Os grandes jornais diários que dominam o setor da imprensa, neste período, são todos organizados empresarialmente. A empresa jornalística torna-se o núcleo duro do sistema jornalístico. As redações ampliam-se e, a parir do final do século XIX, passam a acolher o repórter, que se converte em sinónimo de jornalista profissional, apesar da resistência dos “políticos de jornal” e dos “escritores de jornal”, que, inclusivamente, no final do século XIX, fundam associações de jornalistas que só admitem para sócios o escol político e literário dos colaboradores da imprensa. Tiveram, no entanto, como contraponto a fundação de associações de classe e mesmo de um sindicato que albergava todos os profissionais da imprensa de Lisboa, nomeadamente os repórteres.</p>	<p><i>Diário de Notícias</i> <i>O Século</i> <i>Jornal de Notícias</i> <i>O Primeiro de Janeiro</i> <i>O Comércio do Porto</i> <i>Jornal do Comércio</i> <i>O Mundo</i> <i>Ilustração Portuguesa</i> <i>Notícias Ilustrado</i> <i>O Século Ilustrado</i></p>

	<p>O jornalista profissional distingue-se, assim, cada vez mais, dos “jornalistas por ocupação”, dos “escritores e políticos de jornal”. Aliás, o Sindicato Nacional dos Jornalistas, fundado no contexto do regime corporativo do Estado Novo, passará a atribuir a carteira profissional de jornalista apenas aos indivíduos que faziam do jornalismo na imprensa, incluindo os fotojornalistas, a ocupação principal, permanente, estável e remunerada. Assim, deu-se o contributo que faltava à separação definitiva entre os profissionais do jornalismo e os colaboradores ocasionais da imprensa. O jornalismo autonomiza-se definitivamente, como profissão em Portugal.</p> <p>No final deste período, o golpe militar de 28 de maio de 1926 instituiu a censura prévia, tornando a imprensa numa máquina industrial censurada, ainda que bem oleada. A imprensa colaborou, aliás, na propaganda da Ditadura Militar/ Ditadura Nacional e do Estado Novo.</p>	<p><i>Diário de Notícias</i> <i>O Século</i> <i>Jornal de Notícias</i> <i>O Primeiro de Janeiro</i> <i>O Comércio do Porto</i> <i>Jornal do Comércio</i> <i>O Mundo</i> <i>Ilustração Portuguesa</i> <i>Notícias Ilustrado</i> <i>O Século Ilustrado</i></p>
--	--	--

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 6. Sexto período na história do jornalismo português (fase 1).

Segmentação mediática do jornalismo: fase 1 (Máquinas censuradas)		
Datação	Características	Meios representativos
1935-1974	<p>A imprensa deixa de ser o único meio jornalístico em Portugal, mas continua a ser o principal instrumento de difusão de informação de cariz jornalístico no país. Passa a haver jornalismo na rádio e, depois, na televisão, apesar dos jornalistas destes meios não serem considerados jornalistas pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, que emitia as carteiras profissionais.</p> <p>Por força de lei, os jornalistas profissionais distinguem-se, em definitivo, daqueles que não o são, mesmo que colaborem com a imprensa.</p> <p>A fundação da Emissora Nacional, estatal, e o início das suas emissões de rádio, regulares, a partir de 1935, é o marco que assinala o novo período.</p> <p>O primeiro cinejornal, o <i>Jornal Português</i>, começa em 1938.</p> <p>A primeira grande agência de notícias nacional, a Lusitânia, é fundada em 1944. Em 1947, surge a sua concorrente, e que se tornará dominante — a ANI — Agência de Notícias e Informações.</p> <p>A fundação da RTP e o início das emissões regulares de televisão, a partir de 1957, completa a segmentação mediática do jornalismo em Portugal — que passa a ter jornalismo na rádio, na televisão e, claro, na imprensa e nas agências de notícias.</p> <p>Num quadro legal de censura prévia, os meios jornalísticos, apesar de serem máquinas industriais noticiosas bem oleadas, são também máquinas censuradas que, ademais, contribuem para a propaganda do Estado Novo.</p> <p>A partir dos anos 1960 há uma certa tentativa de modernização do jornalismo português. Jovens jornalistas são admitidos. Jornais como o <i>Diário Popular</i> e <i>A Capital</i> têm práticas inovadoras, manifestadas, sobretudo, na reportagem.</p> <p>Cursos de jornalismo são organizados — um curso livre no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em 1962; um curso profissional do <i>Diário Popular</i>, em 1966; outro do Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 1968. É fundada a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, privada, onde, em 1971, se iniciou um curso de Jornalismo de três anos, interrompido pelo 25 de Abril, em 1974 (a escola desapareceria definitivamente no início da década de 1980). Alguns jovens cursam cursos superiores de Jornalismo no estrangeiro e trazem para Portugal o que aprenderam (casos de João Gomes e José Lechner, licenciados pela Escola Superior de Jornalismo de Lille).</p> <p>O paradigma do jornalismo de qualidade em Portugal, o semanário <i>Expresso</i>, é fundado em 1973.</p>	<p>Emissora Nacional (EN) Rádio Renascença</p> <p>Radiotelevisão Portuguesa (RTP)</p> <p><i>Diário de Notícias</i> <i>O Século</i> <i>Jornal de Notícias</i> <i>O Primeiro de Janeiro</i> <i>O Comércio do Porto</i> <i>Diário Popular</i> <i>Expresso</i></p> <p><i>O Século Ilustrado</i></p> <p><i>Lusitânia (agência de notícias)</i> <i>ANI — Agência de Notícias e Informações</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 7. Sexto período na história do jornalismo português (fase 2).

Segmentação mediática do jornalismo: fase 2 (Disrupção revolucionária)		
Datação	Características	Meios representativos
1974-1979	<p>Na sequência da revolução de 25 de abril de 1974 e da indefinição sobre o rumo do País, o discurso jornalístico tende a radicalizar-se e dramatizar-se, num quadro legal de liberdade de imprensa (promulgada uma nova lei de imprensa). Os jornais portugueses voltam a esgrimir, por vezes com violência, como aconteceu no século XIX e durante a I República, visões políticas opostas. Há saneamentos em algumas redações por motivos políticos. A tomada de posição da extrema-esquerda e dos comunistas em jornais como o <i>Diário de Notícias</i> e <i>O Século</i> e mesmo no insuspeito <i>República</i> (oposicionista durante o Estado Novo e alinhado com o Partido Socialista depois da revolução) leva a oposição democrática a aglutinar-se em jornais como os novos <i>Jornal Novo</i> (independente e do “centrão” pró-democracia ocidental), <i>O Tempo</i> (direita), <i>O Jornal</i> (esquerda democrática) e <i>O Diabo</i> (direita populista). A Rádio Renascença vai separar-se, com os estúdios do Porto a emitirem para o Norte e o Centro e os de Lisboa a emitirem para a capital e o sul, até ser devolvida ao Patriarcado. A RTP é instrumentalizada. As agências de notícias Lusitânia e ANI extinguem-se e, em sua substituição, é criada a ANOP. A partir do triunfo das forças pró-democracia a 25 de novembro de 1975, a situação tende a normalizar-se e distender-se.</p> <p>Várias empresas jornalísticas pertencentes a bancos e seguradoras são nacionalizadas indiretamente, devido à nacionalização destes setores, em março de 1975. Passam à condição de empresas públicas, controladas pelos governos e, portanto, pelos partidos no governo em cada momento. Passam a ser considerados jornalistas os indivíduos que desempenham funções jornalísticas na rádio e na televisão, que, até então, não o eram.</p>	<p><i>Jornal Novo</i> <i>O Diabo</i> <i>O Jornal</i> <i>O Tempo</i></p> <p>ANOP — Agência Noticiosa Portuguesa</p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 8. Sexto período na história do jornalismo português (fase 3).

Segmentação mediática do jornalismo: fase 3 (Liberalização)		
Datação	Características	Meios representativos
1979-1995	<p>A chegada do centro-direita ao poder, em 1979, abre caminho à reprivatização dos media estatizados e à liberalização e dinamismo do setor da comunicação social. Novos projetos jornalísticos independentes veem a luz do dia, como o diário sensacionalista <i>Correio da Manhã</i>; o também sensacionalista semanário <i>Tal & Qual</i>; o diário de qualidade <i>Público</i>, lançado por um dos mais importantes grupos empresariais portugueses, a SONAE; o irreverente semanário conservador <i>O Independente</i>, importantíssimo como jornal de denúncia de escândalos políticos e também como instrumento de abertura do jornalismo português a novos géneros e ideias; e as revistas <i>Grande Reportagem</i>, <i>Visão</i> e <i>Sábado</i>; e mesmo uma agência de notícias privada, a NP — Notícias de Portugal. A NP seria fundida com a ANOP para dar origem à agência Lusa, com capitais públicos e privados.</p> <p>Surgem alguns projetos editoriais jornalísticos, de duração relativamente curta (não vingaram), alinhados com os partidos políticos, casos do <i>Portugal Hoje</i> (diário alinhado com o Partido Socialista) e <i>O Diário</i> (alinhado com o Partido Comunista Português). Grandes grupos económicos, alguns com a participação de capital estrangeiro, tomam posição no setor da comunicação social portuguesa.</p> <p>É neste período que a televisão foi aberta à iniciativa privada, a reboque do movimento prévio das rádios livres. Este dinâmico movimento da sociedade civil criou centenas de rádios ilegais, “piratas”, que o Estado foi forçado a aceitar e regulamentar, promulgando uma nova lei da rádio que permitiu o surgimento — desta vez, legal — de numerosas rádios locais e cadeias nacionais de rádios no país. Surge, nesse âmbito, a primeira rádio nacional especializada em informação jornalística, a TSF. No setor da televisão há a assinalar o nascimento da Sic e da TVI, emissoras privadas.</p> <p>A revisão da Constituição, fruto da convergência entre o centro-direita e o Partido Socialista, permite o surgimento de uma instância independente para a regulação do setor mediático, a primeira em Portugal — a Alta Autoridade para a Comunicação Social.</p> <p>O vigor do setor da comunicação social leva à contratação de milhares de novos jornalistas e à sua valorização salarial e profissional. É lançado o ensino superior da Comunicação Social/Ciências da Comunicação e do Jornalismo em Portugal, atraindo milhares de jovens, que paulatinamente vão ocupar as redações, substituindo os jornalistas “feitos” na tarimba.</p>	<p><i>Correio da Manhã</i> <i>Portugal Hoje</i> <i>O Diário</i> <i>Semanário</i> <i>Tal & Qual</i> <i>O Independente</i> <i>Visão</i> <i>Sábado</i> <i>Grande Reportagem</i></p> <p>TSF</p> <p>SIC TVI</p> <p><i>NP — Notícias de Portugal</i></p> <p><i>Lusa</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Tabela 9. Sétimo período na história do jornalismo português.

Convergência e fusão		
Datação	Características	Meios representativos
1995 em diante	<p>Após 1995, consolida-se o sistema de grupos no setor da comunicação social. Normalizam-se, por outro lado, as relações entre o poder político e os meios jornalísticos, no quadro de um sistema democrático ocidental, com regulação independente, que passa, em 2006, para a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, cujos poderes são mais latos do que aqueles que detinha a sua antecessora, a Alta Autoridade para a Comunicação Social.</p> <p>A expansão da televisão por cabo leva as emissoras portuguesas a abrir canais informativos. A SIC Notícias é o primeiro.</p> <p>O digital e a Web revolucionam o jornalismo português. Os meios jornalísticos portugueses, acompanhando as tendências internacionais, migram para a Web e entram em competição com outros provedores de informações (websites, blogues, redes sociais...). Os usuários da Web desabitua-se de pagar pelo acesso à informação, o que traz problemas à sobrevivência do jornalismo. O jornalismo perde o papel privilegiado que detinha enquanto <i>gatekeeper</i> que controlava a informação que chegava ao espaço público. As redes sociais tornam-se aliadas do jornalismo na expansão da informação por meio de estratégias narrativas transmediáticas (desde que se saiba lidar com os algoritmos), mas também se tornam um competidor e uma ameaça à qualidade da informação que circula no espaço público, potenciando, nomeadamente, a desinformação.</p> <p>O jornalismo na Web torna-se crescentemente hipermédia, obrigando as redações a adaptarem-se, tornando-se multimédia. Nas redações, os jornalistas partilham o lugar com engenheiros informáticos, designers, infografistas, gestores de redes sociais, especialistas em marketing, etc. Na Web, termos como imprensa, rádio e TV deixam de fazer algum sentido, já que os meios, perdendo identidade, ao tornarem-se crescentemente hipermédia, convergem e fundem-se na Web. O jornalismo reinventa-se, adaptando-se não só à Web, mas também aos dispositivos móveis, e tenta explorar vias diversificadas de produção de informação, quer as potenciadas pelo digital (jornalismo de dados e precisão, jornalismo em realidade virtual, jornalismo 3D, jornalismo transmediático, jornalismo com recurso a realidade aumentada...), quer as formas clássicas de narrar (jornalismo especializado, jornalismo literário...).</p> <p>Ao mesmo tempo que são cobradas novas competências aos jornalistas, a profissão tende a ser, crescentemente, desempenhada num cenário de precariedade laboral e baixos salários. O modelo de negócio jornalístico tradicional, baseado na geração de receitas pela captação de anúncios publicitários, nascido na Revolução Industrial, entra em crise, pois não encaixa num mundo digital, obrigando as empresas jornalísticas a adotarem velhas e novas fórmulas de captação de receitas, como o recurso a assinaturas, mas também a <i>crowdfunding</i>, mecenato, etc. Os meios que melhor resistem são aqueles que estão integrados em conglomerados empresariais (como o <i>Público</i>, da SONA E) ou em grandes conglomerados mediáticos (Impresa, por exemplo), ou que, devido ao seu perfil editorial, conseguem grande número de assinaturas (como o <i>Expresso</i> e o projeto de webjornal e rádio de tendência liberal <i>Observador</i>).</p> <p>A obsessão pelo politicamente correto limita a liberdade de expressão nos meios jornalísticos ao mesmo tempo que as redes sociais se tornam um fórum mais propício à expressão livre de ideias, opiniões e informações, que rapidamente, no entanto, resultam em <i>discurso de ódio</i>.</p> <p>O poder tem dificuldades em controlar a informação nas redes sociais, mas os media estão fragilizados e vulneráveis devido à perda de receitas decorrente da crise do modelo de negócio.</p> <p>O estado (leia-se o poder político de turno) mantém presença no setor por meio da RTP e da maioria do capital da agência de notícias Lusa.</p> <p>Antigos jornais não se adaptaram aos novos tempos e são encerrados (casos dos portugueses <i>O Comércio do Porto</i> e <i>O Primeiro de Janeiro</i>).</p> <p>Na rádio informativa pode assinalar-se o fenómeno dos podcasts.</p>	<p>SIC Notícias TVI 24 RTP 3</p> <p><i>Observador</i> Rádio Observador</p> <p>https://www.jn.pt/ https://www.dn.pt/ https://www.publico.pt/ https://www.cmjornal.pt/ https://observador.pt/ https://ionline.sapo.pt/ https://expresso.pt/ https://www.rtp.pt/noticias/ https://sicnoticias.pt/ https://www.tsf.pt/ https://tvi24.iol.pt/ultimas https://www.cm-tv.pt/atualidade https://www.lusa.pt/</p>

Fonte: elaboração própria a partir da interpretação dos dados coligidos nas obras referenciadas.

Conclusão

É possível propor a definição de *períodos* para a história do jornalismo português, pois identificam-se na caleidoscópica história do jornalismo em Portugal *continuidades* e *rupturas*. Dito de outro modo, identificam-se certas *regularidades* durante determinados intervalos de tempo, que se podem, com abertura de espírito, considerar *períodos históricos*, por sua vez seguidos de *rupturas*, que assinalam as transições para novos períodos históricos. Assim os períodos históricos sucedem-se, sem que com isto se pretenda sugerir que a evolução do jornalismo português aponta para uma certa direção, passou de um estágio evolutivo inferior para um superior ou que essa evolução foi linear. Por outras palavras, periodizar a história do jornalismo português não significa considerar que este, ao longo do tempo, evoluiu para *melhor*, mas somente considerar que evoluiu para algo *diferente*, para um estágio posterior diverso do anterior. É viável, portanto, com pertinência e evidência, periodizar a história do jornalismo em Portugal, mas com as limitações interpretativas assinaladas. A opção de periodização da história do jornalismo português que aqui se expôs, aliás, não é a única. Mas pode abrir um debate sobre a matéria.

Pode aceitar-se, também, a hipótese colocada: as periodizações de Salgado (1945), Tengarrinha (1965; 1989; 2013), Faustino (2004) e Sousa (2017a) são confluentes e permitem sustentar, até certo ponto, a periodização aqui proposta. Esta proposta, no entanto, vai mais longe, pois não atende somente à imprensa, como fizeram os autores citados, mas ao jornalismo em geral, entrando em linha de conta com o desenvolvimento do jornalismo na rádio, na televisão e na Web.

Determinados contributos sobre a periodização do jornalismo noutros países ou no mundo ocidental, aqui expostos, também são relevantes, já que no Ocidente se nota, sustentamos aqui, um certo paralelismo na evolução do jornalismo, no sentido de que o jornalismo passou por um período arcaico; um pré-industrial; um industrial, incluindo-se ou não neste período o aproveitamento de outros meios, devido ao surgimento do radiojornalismo e do telejornalismo; e finalmente, com o digital e a Web, um período de convergência e fusão.

Referências bibliográficas

- Barbosa, M. (2007). *História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900-2000*. Mauad X.
- Barbosa, M. (2010). *História Cultural da Imprensa. Brasil – 1800-1900*. Mauad X.
- Briggs, A. & Burke, P. (2002). *De Gutenberg a Internet. Una historia social de los medios de comunicación*. Taurus.
- Castro Ibaseta, J. (1999). Intervenção na mesa “Está obsoleta la división de la historia en áreas cronológicas?”. In C. Barros (Ed.), *Historia a debate. Actas del II Congreso Internacional Historia a Debate* (pp. 257-270). Historia a debate.
- Clark, K. (1967). *The critical historian*. Heinemann.
- Daly, C. (2009). The historiography of journalism history. *American Journalism*, 26(1), 141-155. <https://doi.org/10.1080/08821127.2009.10677703>
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal. Transformações e tendências*. Media XXI.
- Galasso, G. (2001). *Nada más que Historia. Teoría y metodología*. Ariel.
- Galindo Arranz, F. (2004). Propuesta de periodización histórica y evolución conceptual del Periodismo de Precisión. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 10, 97-112. <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMPo404110097A>
- Gerhard, D. (1956). Periodization in European history. *American Historical Review*, 61(4), 914-929. <https://doi.org/10.1086/ahr/61.4.914>
- Godoy, A. C. (2008). *Historia de la comunicación. De la crónica a la disciplina científica*. Netbiblo.
- Gómez Mompert, J. L. (Ed.). (1995). *Metodologías de la Historia de la Comunicación Social*. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Grinin, L. E. (2007). Production revolutions and the periodization of History. *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 27(2), 150-156.
- Grossberg, M. (1996). Periodization in world history. *The American Historical Review*, 101(3), 748. <https://doi.org/10.1086/ahr/101.3.748>
- Gutierrez Espada, L. (1995). Criterios de periodización de la historia del cartel. *Area sinco*, 4, 105-110.
- Habermas, J. (1981). *Historia y Critica de la Opinión Pública*. Gustavo Gili.
- Haydu, J. (1998). Making use of the past: Time periods as cases to compare as sequences of problem solving. *American Journal of Sociology*, 104(2), 339-371. <https://doi.org/10.1086/210041>
- Hayot, E. (2011). Against periodization; or, on institutional time. *New Literary History*, 42(4), 739-756. <https://www.jstor.org/stable/41328995>
- Hollander, S. C., Rassuli, K-M., Jones, D. G. B. & Dix, L. F. (2005). Periodization in marketing history. *Journal of Macromarketing*, 25(1), 32-41. <https://doi.org/10.1177/0276146705274982>
- Lieberman, E. S. (2001). Causal inference in historical institutional analysis. A specification of periodization strategies. *Comparative Political Studies*, 34(9), 1011-1035. <https://doi.org/10.1177/0010414001034009003>
- Kula, W. (1973). *Problemas y métodos de la historia económica*. Península.
- Martins, A. L. & Luca, T. R. (Orgs.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. Contexto.
- Montero Diaz, J. & Rueda Laffond, J. C. (2001). *Introducción a la historia de la Comunicación Social*. Ariel.
- Pereira, A. X. S. (1895). *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no Reino e no estrangeiro desde os meados do século XVI até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luís I, bem como os jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Tipografia Soares.
- Pereira, A. X. S. (1897). *Os jornais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada*. Imprensa de Libano da Silva.
- Pizarroso Quintero, A. (1999). La historia de la propaganda: una aproximación metodológica. *Historia y Comunicación Social*, (4), 145-171. <https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS9999110145A>
- Rama, C. M. (1968). *Teoría de la historia. Introducción a los estudios históricos*. Tecnos.
- Román Portas, M. (2000). Aspectos metodológicos de la historia de la comunicación. *Ámbitos*, (5), 119-128. <http://dx.doi.org/10.12795/Ambitos.2000.105.05>
- Romancini, R. & Lago, C. (2007). *História do jornalismo no Brasil*. Insular.
- Rueschemeyer, D. & Stephens, J. D. (1997). Comparing historical sequences: a powerful tool for causal analysis. *Comparative Social Research*, 16, 55-72.
- Salgado, J. (1945). *Virtudes e malefícios da imprensa. Escorço histórico sobre a origem, evolução e ética do Jornalismo*. Portucalense Editora
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. Basic Books.
- Sodré, N. W. (2011). *História da imprensa no Brasil*. Intercom & EdipucRS.
- Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. Perspetivas luso-brasileiras* (pp. 12-93). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2017a). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal*. (Vol. II) (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Orgs.). (2017). *Uma história da imprensa lusófona. Portugal*. Media XXI.
- Stearns, P. N. (2017). Periodization in World History: challenges and opportunities. In R. C. Weller (Ed.), *21st-Century Narratives of World History: Global and multidisciplinary perspectives* (83-109). Palgrave Macmillan.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugália.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª edição revista e aumentada). Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.